

Educação de qualidade: um “bem” a ser definido

Antonio de Cistolo Ribeiro*
Carla da Mota Souza**
Sabrina Machado Campos***

Resumo

Este artigo buscou problematizar a educação brasileira em relação aos conceitos de educação de qualidade. O recorte de análise incidiu com maior ênfase a partir dos anos 1980, para a contextualização da evolução histórica e para alargar o debate proposto. O enfoque recaiu sobre alguns condicionantes estipulados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) para medir a educação básica, assim como a interpretação do termo “qualidade” descrita na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96 no corpo de seu texto. Foram trazidas para o centro dessa reflexão, as ideologias que permeiam os vários espaços educativos, assim como os embates políticos, econômicos, pedagógicos e sociais que circundam a educação pública no país. Foi mostrada a lógica da terceira via na cogestão educacional com parceria público-privada, mercantilizando a educação como solução para a obtenção de ensino de excelência. A metodologia desenvolvida foi a análise exploratória documental e bibliográfica pertinente ao assunto. Foram problematizados os vários conceitos sobre qualidade praticados nas empresas, trazidos à educação e comparados entre bem tangível e intangível para que se pudesse, a partir de uma categoria de análise concreta, compreender este conceito polissêmico, que é qualidade aplicada à educação.

Palavras-chave: Qualidade na educação. Ensino de qualidade. Escola pública.

1 QUALIDADE EM EDUCAÇÃO

Este é um assunto muito complexo, pois envolve um conceito subjetivo, mas refletir sobre ele ajuda a delinear caminhos e proposições que auxiliem a conceituar o que seja qualidade em educação. Em razão de inúmeros condicionantes

* Mestrando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto; cistolo@hotmail.com

** Mestrando em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Niterói.

*** Mestrando em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Niterói.

serem atrelados para medir educação de qualidade, houve um esvaziamento no termo, que passou a significar qualquer coisa, de acordo com quem estabeleça as regras. Dessa forma, há urgência em se criar um sentido próprio para a qualidade, pois somente então se poderá perseguir a excelência na educação. O termo envolve embates políticos, econômicos, pedagógicos e sociais, compreendendo-se o intrincado campo das disputas no contexto nacional. A sociedade acadêmica cumpre seu papel suscitando a discussão e desvendando os entremeios dessa complexa rede de interesses a despeito do conceito de qualidade. Mas o que é qualidade? Algumas definições foram expostas para se iniciar as reflexões:

- a) “Qualidade é atingir ou buscar o padrão mais alto em vez de se contentar com o malfeito ou fraudulento.” (TUCHMAN, 1980, p. 38);
- b) “Qualidade não é uma idéia ou uma coisa concreta, mas uma terceira entidade independente das duas [...] Embora não se possa definir qualidade, sabe-se o que ela é.” (PIRSIG, 1984);
- c) “Qualidade é o grau de excelência a um preço aceitável e o controle da variabilidade também a um custo aceitável.” (BROH, 1982);
- d) “Qualidade quer dizer o melhor para certas condições do cliente.” (FEIGENBAUM, 1986);
- e) “Qualidade é a adequação ao uso.” (JURAN, 1990).

Tais conceitos, embora tragam uma noção de qualidade, não conseguem expressar os fundamentos do termo. O termo qualidade guarda a propriedade subjetiva e inerente dos seres humanos, que é o julgamento, a escolha ou a preferência daquilo que ajuíza ser de qualidade.

Ao estudar a LDB/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (n. 9.394/96) (BRASIL, 1996), observa-se o aparecimento do termo qualidade no corpo do documento em diversos momentos. A Lei, por exemplo, menciona no parágrafo IX do artigo 3º a garantia do padrão de qualidade. Este padrão de qualidade, porém, não é definido, o que dificulta o entendimento do texto legal. No parágrafo IX do artigo 4º, a Lei volta a falar em qualidade, contudo utiliza o termo “padrão mínimo de qualidade” de ensino, definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Essa é uma das poucas vezes que se delinea uma definição de qualidade, mesmo assim correlacionando-a com a expressão “insumos indispensáveis” e não delimitando quais são eles. Outra reflexão pertinente incide sobre a expressão “padrões mínimos”, quando o correto seria dizer simplesmente padrões de qualidade e defini-los. Em um sistema em que aos menos favorecidos é sempre atribuído o *mínimo*, é lamentável ver a Lei expressar e reforçar a concepção minimalista de educação. Nos vários artigos em que se menciona a palavra qualidade, ou padrão de qualidade, esta permanece atrelada à palavra “mínimo”.

2 QUALIDADE: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Outra reflexão importante é sobre o significado polissêmico do termo “qualidade”. Em muitos momentos, estes significados foram importados do mundo das empresas à educação, e o entendimento de sua significação ajudará a atender a sua utilização no campo educacional.

No mercado de bens e serviços, a qualidade era definida como atendimento a padrões estabelecidos. Com o desenvolvimento dos conceitos relativos à qualidade, ela passou a ser definida como aquilo que é aceito pelo cliente. Davok (2007, p. 505) diz que:

Os dicionários definem qualidade como o conjunto de propriedades, atributos e condições inerentes a um objeto e que são capazes de distingui-lo de outros similares, classificando-o como igual, melhor ou pior; ou, então, como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência. Assim, qualidade implica em uma idéia de comparação: poder-se-ia dizer que um objeto tem qualidade se suas características permitem afirmar que ele é melhor que aqueles objetos que não as possuem ou que não as possuem em igual grau.

Esta definição está ligada à concretude ou tangibilidade de um produto, o que atribui materialidade ao objeto analisado. Andretta (2009) define qualidade atrelando o “fazer bem” a todas as etapas, desde o processo de elaboração até a fase final, com aceitação no mercado pelos clientes. O autor ainda correlaciona os conceitos de clientes internos e externo como fator condicionante da consolidação da qualidade do produto/serviço. Conforme este autor:

Qualidade tem a ver, primordialmente, com o processo pelo qual os produtos ou serviços são materializados. Se o processo for bem realizado, um bom produto final naturalmente virá. A Qualidade reside no que se faz – em tudo o que se faz – e não apenas no que se tem como consequência disso. Ou, em outras palavras, todos os processos de uma determinada atividade são importantes; se os processos forem desenvolvidos com qualidade, o produto final terá qualidade. Se perguntarmos a várias pessoas leigas, “O que é Qualidade?”, provavelmente haverá várias respostas diferentes. A Qualidade está ligada a sentimentos subjetivos que refletem as necessidades internas de cada um. O conceito de cliente deve ser estendido a todos numa organização que é constituída pelos os clientes externos (todos que entram em contato com a organização e que não são parte integrante da mesma) e os clientes internos (todos os funcionários e setores da organização). (ANDRETTA, 2009).

Os conceitos de qualidade em produto/serviço descritos por Andretta (2009) e Davok (2007) não podem ser aplicados à educação, porque o conceito de qualidade em educação é mais abrangente do que em outras prestações de ser-

viços, uma vez que a educação não busca uma padronização, mas uma promoção das diversidades.

Retomam-se as principais linhas de pensamento sobre a definição de qualidade; inicia-se por Deming (1981), um dos responsáveis pela introdução do controle estatístico de processo no Japão. Deming não tinha uma definição fixa de qualidade, pois considerava que ela é definida pela especificação do cliente. Como estas especificações estão sempre mudando, o conceito de qualidade deveria ser também alterado para acompanhar tais mudanças. O autor recomendava os seguintes passos para se implantar uma cultura de qualidade:

- a) Crie uma visão consistente para a melhoria de um produto ou serviço objetivando se tornar competitivo e se manter em atividade;
- b) Adote a nova filosofia e assuma a sua liderança na empresa;
- c) Termine com a dependência da inspeção como via para a qualidade;
- d) Minimizar os custos com a seleção de um fornecedor preferencial;
- e) Melhore de uma forma constante e contínua cada processo;
- f) Promova a aprendizagem no terreno (*training on the job*);
- g) Encare a liderança como algo que todos podem aprender;
- h) Não lidere com base no medo. Evite usar um estilo autoritário de gestão;
- i) Destrua as barreiras entre os departamentos funcionais;
- j) Elimine as campanhas ou *slogans* com base na imposição de metas;
- k) Abandone a gestão por objetivos com base em indicadores quantitativos;
- l) Não classifique o desempenho dos trabalhadores ordenando-os por *ranking*;
- m) Crie um ambicioso programa de formação para todos os empregadores;
- n) Imponha a mudança como sendo uma tarefa de todos os trabalhadores.

Deming também foi o principal responsável pela popularização do ciclo *Plan, Do, Check, Act* (PDCA), o qual consiste em um processo de desenvolvimento de melhorias contínuas. É representado por um círculo em que cada quadrante representa uma atividade gerencial para a busca de melhorias. O primeiro quadrante representa a atividade de planejar (*Plan*); o segundo a atividade de Fazer (*Do*); enquanto que o terceiro significa verificar (*Check*) e o quarto representa a ação na correção de eventuais distorções (*action*).

Outro grande teórico da qualidade foi Juran (1990), que criou o sistema chamado Juran Management System (JMS), resultado de mais de 50 anos de estudos. Este sistema, cujo desenvolvimento se iniciou em meados da década de 1950 na Toyota, continua a aperfeiçoar-se com o decorrer do tempo, sendo caracterizado como o primeiro a atribuir a qualidade à estratégia empresarial. Na concepção de Juran (1990), existem duas formas de se definir qualidade. A primeira delas é utilizada para designar um produto que possui as características

procuradas pelo consumidor, e, portanto, é capaz de satisfazê-lo. De acordo com essa perspectiva, a alta qualidade implica altos custos. Na segunda, qualidade também pode caracterizar a existência mínima ou ausência de falhas e deficiências, e, portanto, menores custos. Juran (1990) também classifica qualidade nas seguintes categorias: qualidade do projeto, qualidade de conformidade e serviço de campo. A essência deste autor para o gerenciamento da qualidade é denominada Trilogia de Juran e é constituída dos seguintes conceitos:

2.1 PLANEJAMENTO DA QUALIDADE

Processo de preparação para encontrar as metas de qualidade. Para isso, faz-se necessário:

- a) Identificar quem são os consumidores;
- b) Identificar as necessidades destes consumidores;
- c) Traduzir essas necessidades para o próprio idioma;
- d) Desenvolver um produto que atenda às necessidades dos consumidores;
- e) Aperfeiçoar o produto para que ele atenda tanto às nossas necessidades quanto às dos consumidores.

2.2 CONTROLE DA QUALIDADE

Processo de encontro das metas de qualidade estabelecidas durante as operações. É usado para evitar ou corrigir eventos indesejáveis ou inesperados. Confere estabilidade e consistência:

- a) Provar que o processo pode fabricar um produto sob condições de operação com o mínimo de inspeção.

2.3 MELHORIA DA QUALIDADE

Processo de melhoria contínua da qualidade por meio de mudanças planejadas, previstas e controladas:

- a) Desenvolver um processo que seja capaz de produzir o produto certo;
- b) Otimizar este processo.

O conceito de *breakthrough* definido por Juran (1990) estabelece que melhorias alcançadas devam ser incorporadas como novos padrões para que não haja perdas nos níveis de qualidade. As metodologias supracitadas são essenciais para qualquer organização, segundo Juran (1990). O JMS também tem como ob-

jetivo mudar a cultura das empresas. O autor acreditava que o fator humano era essencial para o gerenciamento da qualidade e que a resistência a mudanças era a fonte dos problemas de qualidade. Incentivando a educação e o treinamento dos gestores, o consultor propunha os seguintes comportamentos:

- a) Estar disposto a entender as necessidades dos clientes e a satisfazê-los;
- b) Proporcionar alta qualidade de produtos e serviços e, ao mesmo tempo, reduzir custos;
- c) Estar envolvido para identificar as necessidades dos clientes;
- d) Treinar todos os níveis hierárquicos nos processos de gerenciamento para a qualidade;
- e) Agregar metas de qualidade ao planejamento de negócios;
- f) Fornecer participações à força de trabalho.

Ao se estudar os conceitos de qualidade não se pode deixar de examinar os conceitos de Feigenbaum (1986), principalmente em relação à qualidade de serviços:

[...] um conjunto de características do produto ou serviço em uso, as quais satisfazem as expectativas do cliente. Qualidade é a correção dos problemas e de suas causas ao longo de toda série de fatores relacionados com marketing, projetos, engenharia, produção e manutenção, que exercem influência sobre a satisfação do usuário. [...] O crescimento rápido do conhecimento técnico e a geração de campos novos, como a eletrônica de computadores, bem como as novas técnicas de organização de trabalho, levaram a uma procura por profissionais mais qualificados. [...] Essas relações proporcionam a base fundamental da motivação positiva da qualidade para todos os funcionários da empresa. (FEIGENBAUM, 1986 apud SILVEIRA, 2001).

Poderíamos, ainda, pesquisar vários outros autores, como Crosby (1979), Ishikawa (1985) e Taguchi (1986), mas vamos nos prender aos conceitos já apresentados, suficientes para se fazer um estudo comparativo sobre o conceito de qualidade no mundo das empresas, com produtos e serviços e a confusão ao transportá-los para a área educacional. Maior atenção deve-se proporcionar ao conceito dinâmico de qualidade e à diferenciação entre qualidade de bens tangíveis e intangíveis. O bem tangível pode ser levado ao laboratório para ter sua composição e dimensões avaliadas e confrontadas com padrões preestabelecidos. No caso de serviços educacionais, o processo é dinâmico e os conceitos alteram-se enquanto o processo acontece, porque a qualidade passa a ser relativizada em consonância com os novos valores da sociedade. Valores que sofrem influências locais e globais.

Para se estudar qualidade em educação, é preciso voltar à teoria da educação e examinar o que se espera de um processo educativo. “A educação precisa ser fonte de mudança e libertação, pronuncia Freire; onde a educação libertária seja o fulcro do trabalho dos educadores, em vista de vivermos em uma sociedade

intensamente cambiante e dramaticamente contraditória.” (FREIRE, 1979 apud OLIVEIRA, 2011).

Ou ainda:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sei – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar, a saber, mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabe, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1979 apud OLIVEIRA, 2011).

Esta concepção dialógica mostra a educação como ferramenta de mudança, de libertação e o educador e educando são, ao mesmo tempo, agentes e pacientes. Ambos devem estar dispostos a aprender, visto que a educação é um processo de troca que acontece em múltiplas instâncias. Educador e educando transmitem-se, alternando os papéis em um processo constante de construção e reconstrução de conhecimentos. Isso nos remete à teoria da *autopoiesis* de Maturana e Varela (1992), quando, simultaneamente, o indivíduo está morrendo e recriando-se, o que faz pensar que a qualidade na educação é uma via de muitas mãos, estando os envolvidos ensinando e aprendendo, em um processo contínuo e interminável. Vemos, então, que a educação se diferencia de todos os outros produtos/serviços relacionados pelos conceitos de qualidade. Chauí (2000) elenca “qualidade” entre uma lista de palavras subjetivas que vai depender dos conceitos e finalmente do capital cultural¹ de cada indivíduo:

Como se pode notar, nossa vida cotidiana é toda feita de crenças silenciosas, da aceitação tácita de evidências que nunca questionamos porque nos parecem naturais e óbvias. Cremos no espaço, no tempo, na realidade, na qualidade, na quantidade, na verdade, na diferença entre realidade e sonho ou loucura, entre verdade e mentira; cremos também na objetividade e na diferença entre ela e a subjetividade, na existência da vontade, da liberdade, do bem e do mal, da moral, da sociedade.

Na mesma obra, Chauí faz um sequenciamento temporal de como o conceito de qualidade de educação foi se modificando conforme a evolução cultural dos antigos povos da Grécia. Isso significa dizer que para cada objetivo da educação novos padrões de qualidade necessitariam ser definidos. Assim, para se definir qualidade em educação, precisa-se ter antecipadamente um objetivo a ser atendido e a possibilidade de verificação “*ex post*” para se conferir tal objetivo.

Gadotti (2009, p. 2) ressalta o caráter complexo do conceito de qualidade e afirma que para ter a qualidade em educação, precisa-se de um conjunto de fatores:

Por isso, o tema da qualidade é tão complexo. Não basta melhorar um aspecto para melhorar a educação como um todo. Se fosse fácil resolver o desafio da qualidade na educação, não estaríamos hoje discutindo esse tema. Um conjunto de fatores contribui para com a qualidade na educação.

E prossegue apresentando o conceito de qualidade para a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), mostrando a dinamicidade deste:

[...] a qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo. (UNESCO, 2001 apud GADOTTI, 2009, p. 2).

Uma vez que a educação se destina à formação plena do indivíduo e desenvolvimento de sua personalidade, como ser autônomo, pensante e independente, mas mesmo assim capaz de viver e conviver em sociedade, então o conceito de qualidade deve ser dinâmico. O propósito maior deve ser a busca da formação ampla e integral das pessoas, “[...] remetendo ao conceito de qualidade sócio-cultural e sócio-ambiental.” (PADILHA, 2007, p. 22 apud GADOTTI, 2009, p. 4). Outra questão que se traz para o centro das disputas é como se avalia esta educação. Ora, se nem sabemos o que é educação, como podemos avaliá-la? Em educação não se pode esperar pelo produto final para apor o carimbo de conformidade. Tem-se, portanto, um grande problema: como “certificar” a qualidade de um sistema de ensino uma vez que este não se finda? A educação é continuada, estando em aperfeiçoamento constante, então como avaliá-la?

O Brasil ficou em 88º lugar no *ranking* mundial de educação, elaborado pela Unesco. Professores da UnB apontam algumas causas para o país estar entre os retardatários na corrida pela educação: crescimento acelerado do número de vagas ofertadas nas escolas do país, sem que houvesse expansão da infraestrutura de ensino e do número de professores; baixa formação dos docentes e demora em priorizar a área. Por motivos como esses, o ensino brasileiro fica atrás de nações, como Colômbia, Bolívia e Paraguai. O estudo atribuiu nota de 0 a 1 aos 128 países analisados, considerando o percentual de crianças entre 6 e 15 anos matriculadas na escola, o índice de analfabetismo, a igualdade de acesso entre meninos e meninas e a qualidade, avaliada pela comparação entre o número de crianças que entram na 1ª série e o número de crianças que concluem a 5ª série.

Não se pode utilizar a comparação do número de crianças que adentram nas escolas como medidor de qualidade. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no Brasil 97,6% das crianças

encontram-se matriculadas nas escolas, mas a questão da qualidade vai além da universalização do acesso educacional, diz respeito à formação oferecida aos discentes matriculados (BRASIL, 2007). Refere-se à formação desejada para os cidadãos. O que importa é a qualidade social. A esse respeito Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 145) esclarecem que qualidade significa:

[...] não apenas a diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover. Ser cidadão significa ser partícipe da vida social e política do país, e a escola constitui espaço privilegiado para esse aprendizado, e não apenas para ensinar a ler, a escrever e a contar habilidades importantes, mas insuficientes para a promoção da cidadania.

Analisando outro aspecto que se deve considerar ao definir qualidade em educação, é o currículo, assunto tão valorativo quanto o conceito de qualidade e avaliação. O currículo encerra uma luta de concepções ideológicas, porque privilegia assuntos em detrimento de outros. Então, antes de dispor quais temas serão contemplados, deve-se estabelecer que tipo de cidadãos se quer para esse tempo, nessa sociedade. Dessa forma, os conteúdos refletirão o caminho a ser seguido para se alcançar um cidadão pleno e preparado para o mundo do trabalho.

Retornando à avaliação, esta deverá oportunizar caminhos para uma aprendizagem refletiva, autônoma, respeitadora, investigativa, que não se prenda a hierarquizar os discentes, rotulando em alunos bons e ruins.

A Secretaria da Educação Básica (SEB) do MEC, lançou em 2006 o documento em dois volumes, intitulado Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. O assunto foi discutido com setores da sociedade civil e traz em sua apresentação:

Documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Volume 1 e 2. Esta publicação contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e que levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes. (BRASIL, 2009).

E na introdução:

Busca responder com uma ação efetiva aos anseios da área, da mesma forma que cumpre com a determinação legal do Plano Nacional de Educação, que exige a colaboração da União para atingir o objetivo de “Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade.” (BRASIL, 2009).

O MEC apresenta a qualidade na educação, atrelando a sete diferentes dimensões:

- a) Ambiente educativo;
- b) Prática pedagógica;
- c) Avaliação;
- d) Gestão escolar democrática;
- e) Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola;
- f) Ambiente físico escolar;
- g) Acesso, permanência e sucesso na escola.

A partir dessas definições, começamos a ter um esboço de avaliação do sistema educacional. Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e melhoria da qualidade da escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo sua dinâmica, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades. Quantos educadores sabem deste documento? Quantas escolas fixam este documento em suas dependências e fazem saber à comunidade? Dizer que a escola pública oferece uma péssima qualidade e não oportunizar meios para mudar esta realidade são discursos que facilitam a entrada de ONGs nos espaços públicos e ampliam a malha de escolas particulares como salvadoras da educação. O debate a respeito dos indicadores a serem escolhidos nos vários níveis da aprendizagem, como referenciais de qualidade, é assunto primeiro em questão de educação.

Podemos então definir indicadores como sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores: febre, dor, desânimo. Para saber se a economia do país vai bem, utilizamos como indicadores a inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores possibilita-nos constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhor; a inflação mais baixa no último ano indica que a economia está melhorando). Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da escola em relação a importantes elementos de sua realidade: são as dimensões já relacionadas e que fornecem pistas de um bom caminho a ser alcançado.

Portanto, antes de pensarmos em avaliação e índices avaliativos, em currículo e conteúdos, precisamos definir o que a sociedade quer para a formação de seus cidadãos, e, nesse sentido, é primordial estabelecer um conceito para a educação de qualidade. A mercantilização da educação ajudou a criar um abismo entre os setores públicos e privados e atualmente um novo agravamento com a participação do terceiro setor no espaço público.

3 MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Ao final da década de 1980, na América Latina, a preocupação com a qualidade/quantidade na educação torna-se mais premente. Na sociedade brasileira, foi por meio da classe hegemônica, que vislumbrava o aumento da produtividade no mercado em face da melhoria da qualidade educacional, que o discurso se tornou latente. Na arena política as pressões mercantis concretizavam-se à medida que a proposta se configurava em dualistas e antidemocráticas. Gentili (2009), esclarece com outras palavras, que no campo educacional somente foi possível a mercantilização do conceito de qualidade com a eliminação democratizadora, ou seja, o quantitativo de unidades escolares não atendia à demanda da população, então, surge o setor privado como solução para a ineficiência do Estado. O outro eixo, segundo o autor, é a transferência dos conteúdos do que venha a ser qualidade no campo produtivo-empresarial para o campo das políticas educacionais, ou seja, o que se deve ensinar nas escolas para que o aluno se torne mais competente no mercado de trabalho.

Em 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) fora criado como um mecanismo dirigido à avaliação da qualidade do sistema educacional brasileiro. Cinco anos após sua criação, esse condicionante tornou-se um indicador estratégico para a formulação de políticas públicas voltadas para fomentar a qualidade educacional brasileira. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), o Ministério da Educação passou a aplicar bienalmente uma avaliação de rendimento escolar nas unidades escolares da Federação, e, dessa forma, as estatísticas são confeccionadas. Nessa época, a educação de qualidade passa a ser atrelada à qualidade da formação do trabalhador como exigência do mercado sem fronteira.

Assim, o que passa a ser ponto central de interesse dos grandes capitalistas é a eficiência que a educação pode gerar para que o aluno seja o trabalhador produtivo de amanhã. Esse futuro também deve ser estreitado, pois o mercado tem pressa, portanto, aquele que conseguir em menor tempo, mostrar “qualidade de aprendizado”, será recompensado. Uma lógica de inclusão-excludente, gerando reserva de mão de obra barata ao mercado. Fica inaugurada a prática das competências.

Leher (2008), entre outras palavras, vai dizer que ao longo da década de 1990, essas dimensões levaram a novos movimentos da sociedade civil, pregando o fim da centralidade do trabalho na vida social, desvinculando o lócus da dimensão econômico-social. Surge a terceira via, ou seja, instituições sem “fins lucrativos” que participam da gestão pública, como opção, de autoajuda para solucionar problemas sociais. Em um segundo momento, as ONGs, termo mais corrente para designar instituições diversas do terceiro setor, passam então a articular novas identidades, valores e interesses capazes de introjetar a subjetividade de suas ações na sociedade, passando a existir na sociedade um pensamento dicotômico.

Surge, então, na ótica dominante, a condição de “parceria” entre o Estado e as ONGs – em que a participação destas se justifica pela concepção de ineficiência do Estado. As ONGs, Organizações Sociais (OS) e todas as instituições chamadas de terceiro setor, passam a agir como empresas capitalistas: com flexibilidade, lucratividade e competitividade voltada para o mercado. Dessa forma, torna-se importante compreender o terreno social a partir do qual as políticas públicas são concebidas e com que propósito os governantes se associam ou não com estas ou aquelas ONGs; sobretudo no campo educacional brasileiro, em que a luta por efetivação da garantia do direito social à educação passa a ser cada vez mais complexa, envolvendo questões conceituais e de competência. O embate entre público e privado e o estatal na educação passa a ser mais acirrado.

Com a onda de um mundo globalizado, a questão público-privado ganha nova dimensão, com termos genuínos para classificar e conceituar relações antigas, porém com novos contornos. Há deslocamento no setor produtivo para o setor financeiro, agravando o desemprego e crises econômicas. A estratégia daqueles que professam o neoliberal é “esclarecer” que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado, o qual gasta mais do que arrecada, gerando inflação, portanto, crise fiscal, sugerindo então a reforma do Estado com participação mínima nos gastos sociais e apresentando o mercado como alternativa para a superação da crise. No campo educacional, a solução vem com a terceira via, que auxiliará o Estado, por meio de nova administração gerencial, para que se torne mais eficiente e produtivo. Vale a pena ressaltar que o neoliberalismo propõe a privatização como solução à crise econômica. Os defensores neoliberais entendem que quando os cidadãos reivindicam políticas públicas e são atendidos, promovem crises fiscais, porque oneram o Estado que se apresenta com recursos limitados para atendê-los. Então, propõem que o Estado seja o coordenador, fiscalizador das atividades praticadas pelo mercado. Nessa lógica, acabam restringindo os direitos democráticos dos cidadãos.

Já a terceira via, apesar de ratificar a crise por culpa do Estado ineficiente como os neoliberais, não comunga o ataque à democracia, pelo contrário, sugere a participação ativa da sociedade civil no gerenciamento da “coisa pública”. O que propõe é o repasse de responsabilidades administrativas com o financiamento do Estado, ou seja, o Estado paga a conta e as Organizações Não Governamentais (ONGs) gerenciam. Conforme Frigotto (1995, p. 77-136):

Em outras palavras, o Brasil desde o golpe militar e com maior ênfase nos anos 90 centrado no “homem de negócio” busca a eficiência da produtividade, através da educação. Com o avanço do pós-modernismo, ideologia específica do neoliberalismo, se coloca o mercado como alternativa teórica econômica, ética-política e educativa. Postula-se a retirada do estado, que gera inflação por gastar mais com a área social do que arrecada.

Essa alternativa deriva do “delírio de uma razão cínica”, segundo Frigotto (1995, p. 79), que se materializa em prêmios às escolas que obtiverem os melhores resultados nos exames classificatórios. É a lógica do “ranqueamento”. Essa prática leva a uma postura fragmentada no campo educacional, que coaduna com a postura pós-modernista, destacando a particularidade, o subjetivismo, o local, o dialeto, o capilar, o fortuito, o acaso, com o nome de autonomia e descentralização, flexibilidade, individualização, pluralidade, poder e local. Fragmenta-se a educação e os processos de conhecimento, com falsos subsídios, em que ocorre repasse financeiro do Estado para o capital privado, por meio de parceria com escolas comunitárias, escolas cooperativas e ONGs. Alternativas mascaradas com rótulos de democráticas, conforme Frigotto (1995, p. 77-136):

No capítulo – “Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional”, entre outras palavras vai dizer que no plano ideológico o neoliberalismo cria a falsa ilusão que, a crise do capitalismo é passageira e conjuntural. Crença que a relação capitalista é a única forma de relação historicamente possível, afirmando: “O mercado é o instrumento eficaz para regular os interesses e as relações sociais de forma: livre, equânime, equilibrada e justa.”

Reafirmado por Peroni e Adrião (2005, p. 115): “A gestão educacional é fortemente influenciada pela ideologia de que o mercado é parâmetro de qualidade, o que leva muitos sistemas públicos a buscarem parceria com instituições que vendem produtos com promessa da qualidade.”

As autoras dizem, ainda, de outra forma, que na década de 1990, o papel do Estado e sua materialização nas políticas públicas de educação têm mostrado o repasse das obrigações do Estado à sociedade, esvaziando-se de seu poder no que se refere aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como os projetos avaliativos, que passaram ser terceirizados. Em um primeiro momento, poderia se pensar em um Estado mínimo, mas ao contrário, o que se observa é um Estado atuante, porque ao mesmo tempo que se descentraliza, cria espaço para a terceira via.

Constatamos aqui, mais uma vez, a contradição centralização/descentralização, já que os PCN e a avaliação foram centralizados, como já mencionamos, como uma forma de controle, mas ao mesmo tempo eles foram descentralizados, entendendo descentralização como terceirização e não como participação e controle social dos setores representativos da área da educação. Apontamos, ainda para os riscos de que os próximos estágios sejam a publicização e a privatização no sentido estrito. (PERONI; ADRIÃO, 2005, p. 116).

Frigotto (1995, p. 142) analisa dois modelos empresariais empregados na escola. No Brasil, o programa “Escola de Qualidade Total” (EQT) tem sido desenvolvido por Cosete Ramos, coordenadora adjunta do Núcleo Central de qualidade e produtividade, subordinado ao MEC. Proposta inovadora segundo sua

criadora, que consiste de baixo para cima, em que ocorra um pacto de qualidade entre alunos, pais, professores, dirigentes, técnicos, pessoal administrativo do setor, padres e a sociedade como um todo. Ela baseou-se no método de Deming de Administração na gestão escolar, já citado neste trabalho. A então secretária adjunta do MEC, Cosete Ramos, afirma que este programa pode ser aplicado a qualquer organização humana. Na educação, o difusor dessas ideias foi Glasser (1998), o qual compacta os condicionantes em sete posições:

- a) Gestão democrática ou por liderança da escola e das salas de aula;
- b) O diretor como líder da comunidade educativa;
- c) O professor como líder dos alunos;
- d) A escola como ambiente de satisfação das necessidades de seus membros;
- e) Ensino baseado no aprendizado cooperativo;
- f) Participação do aluno na avaliação do seu próprio trabalho;
- g) Trabalho escolar de alta qualidade como produto de uma escola de qualidade.

O condicionante 7º vincula o termo trabalho escolar de alta qualidade encerrando em si uma verdade apologia, porque tenta pôr fim a conflitos e tensões de ordem ideológica, em uma definição de coisa alguma referindo à escola de qualidade, portanto, parametrizado à coisa alguma, já que não se sabe o que é qualidade em se tratando de educação.

Não é possível falar em qualidade educacional sem falar em condições de vida dos seres humanos. Enquanto não houver melhor distribuição de renda, melhores condições de saúde e oportunidades educacionais igualitárias para todos desde o nascimento, não existirá um conceito referência para a educação de qualidade. Os seres humanos necessitam para viver e se desenvolver em suas múltiplas capacidades, de alimentação balanceada, ambiente físico e social saudável, com higiene, conforto, recursos materiais, recursos psicológicos e convívio social com seus semelhantes e o meio que os cercam. A prática do respeito é fundamental para que o crescimento ocorra de forma harmoniosa. Não há como se definir qualidade educacional se ela partir de um princípio competidor. Esboçamos nosso singelo conceito afirmando que qualidade educacional é o que torna o homem menos animal e mais racional, entendendo racionalidade como mecanismos de escolhas que proporcionam ao homem alegrias, vida harmônica entre seus semelhantes e com a natureza. Que proporcionam a comunhão e exterminam a competição. Assim haverá ressignificação da conceituação de qualidade na educação, porque o termo acompanhará as transformações dos valores ao longo dos anos, mas a dimensão e profundidade das distâncias entre as relações humanas em cada tempo serão mediadas pela racionalidade do pensar, entendida como capacidade máxima dos seres humanos de se ajuizar para seu benefício em qualquer situação.

Dessa forma, não se pode desejar qualidade educacional sem mudar as bases de produção e com elas as relações de trabalho. A exploração do trabalhador não

concorre para uma sociedade justa, humana e igualitária. A mais-valia gerada pelo próprio excedente deve servir para reinvesti-lo em novas fontes de saber e alegrias.

Não se pode cair na armadilha dos capitalistas que prezam por educação de qualidade visando à manutenção e expansão da sua lucratividade. A luta pela escola pública perpassa por esses valores. Nesse sentido, abolir com as escolas particulares contribuirá para uma luta verdadeira por todos na sociedade por padrões de qualidade. Isso somente será possível se a escola for tão e simplesmente pública. A lucratividade gera distorções até para a sua sustentação, portanto, embora as escolas particulares tenham contribuído, e muito, para o avanço educacional, precisam ser freadas para dar espaço pela igualdade de padrões em todos os espaços nacionais. O homem deve estudar para ser livre e feliz e vários estudos estão nessa proposta. Aprender a dançar, cantar, fazer poesia, recitar, participar do teatro, do cinema, escrever um livro, pesquisar, cozinhar, pintar e tantas e tantas outras áreas...

A qualidade não pode ser medida por condicionantes estanques, mas pelos professores que estão à frente dos discentes, e para tanto, estes devem estar preparados para incentivar e reaprender todos os dias nas mais inusitadas situações. Esse é o sentido de uma educação viva, e, portanto, de qualidade. A pesquisa e todos os recursos materiais e pessoais precisam estar disponíveis para fornecer suporte à educação. O equilíbrio do educando deve ser mediado entre várias práticas. A lógica deve ser aprender para ser feliz. Sem utopias, a proposta primeira é definir a qualidade do cidadão na sociedade brasileira; após esta definição, traçar planos que viabilizem a formação deste cidadão brasileiro.

4 CONCLUSÃO

A educação é o meio pelo qual o indivíduo se “humanifica”. Ela compreende um conjunto de princípios, costumes e valores que auxiliam os povos ao bom relacionamento em sociedade e com o mundo que os circunda. A educação enquanto processo de aprendizagem, proporciona aos seres humanos entre erros e acertos discernimento do certo, errado, belo, feio e tantos outros valores que conjugam elementos biológicos, intrínsecos e externos em constante movimento. Portanto, é um mediador que também se altera para se adequar a condicionantes reais.

Assim, constantemente, os homens precisam avaliar se este mediador está cumprindo seu papel. As relações sociais, econômicas, políticas e culturais mudam porque os homens mudam; dessa forma a educação precisa mudar, mas não transmutar. Não é se revestir de novos axiomas com propósitos nebulosos, que não expressem mudança de fato. E nesse aspecto, referimo-nos ao terceiro setor, que em sistema de parceria vem assolando com a lógica de eficiência, produtividade e lucratividade a educação. A palavra em voga, na atualidade, é gerencialismo, a escola passa a ser administrada com visão empresarial, portanto, a qualidade é descolada desse setor e invade a educação.

Essa é a ideologia capitalista com concepções pós-modernas, pregando a competitividade, a eficiência no mundo corporativo, a individualidade e a valorização do capital. São apresentados ao indivíduo uma faceta bela e inalcançável para a maioria. Rejeita-se o cidadão mais lento, feio segundo padrões de beleza do capital. Valores como honestidade, integridade, amorosidade, dignidade e tantos outros são marginalizados dessa sociedade. O mundo supérfluo está na moda. A relação humana cada vez mais vazia e as pessoas vivendo um momento de desconfianças, incredibilidade, perigos e armadilhas diversas. A mídia e o *marketing* canalizam os novos valores que são diariamente veiculados em nossas redes sociais e o homem é refém de sua própria iniquidade.

Então, para definir qualidade, precisamos discutir em que sociedade queremos viver e quais as relações humanas deveremos construir para sermos serenos, confiantes, alegres e praticarmos a paz. Muitos condicionantes e pouca aplicabilidade para se assegurar educação de qualidade. “Rankeamento” de escolas, dos alunos melhores, dos cursos diversos.

A educação no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 é declarada como Direito Social. No artigo 205º, é assegurado como direito de todos e dever do Estado e da família. Portanto, garantir a educação é obrigação dos governantes e responsabilidade da família, cabendo a ambos discutirem esse novo tempo em prol de uma educação midiática capaz de garantir plenitude às nações.

Definir qualidade não é fácil, a complexidade do termo verticaliza-se e horizontaliza-se com o tempo, ressignificando práticas, valores, preceitos, hábitos e atitudes e tantos outros adjetivos quanto se possa transmutar em uma sociedade; são as influências locais e globais. Portanto, a participação de todos nesse processo evolutivo é fundamental na definição de conceitos dinâmicos.

Então, a quem cabe estabelecer a qualidade em educação? Quais os parâmetros a serem seguidos? Como a educação deve garantir a individualidade do educando? Como pode um conhecimento transmitido em massa ser absorvido e desenvolvido de forma individual? Estas e outras tantas perguntas estão incrustadas na mente dos responsáveis por definir qualidade em educação e principalmente daqueles que educam constantemente no cotidiano escolar.

Em um processo produtivo de um produto, o objetivo é que na saída se tenha produtos padronizados. Na educação, o que se busca é exatamente o oposto, ou seja, a diferenciação e a conservação da individualidade, enquanto ser único e cheio de potencialidades; o respeito e valorização das diferenças dos seres humanos e sua cultura, desde que sejam conjugados com humanidade.

Por outro lado, no processo produtivo deste mesmo produto, o interesse é com a redução de etapas e de ciclo de produção. Na educação, não há atalhos a serem seguidos, ela é contínua. Quanto a isso, caberá ao professor saber conviver com a diversidade de raça, credo e tantas outras e agregar valores de respeito e comunhão. Não há um ritual padrão a ser seguido. O processo não pode ser cortado, sob pena de se obter “produtos defeituosos”, ou seja, pessoas deficientes que

possam ser cortadas da cadeia de produção, embora ainda vejamos a exclusão dos ditos “diferentes” nas práticas diárias das escolas e da sociedade de forma geral.

Logo, não temos definição, mas pistas para se discutir o que venha a ser educação de qualidade para se viver e renascer diariamente com alegria e vontade de transformação interna. Os valores humanísticos são as bases para essas problematizações em nosso entender. Pesquisar, respeitar, indagar, refazer, desculpar-se, agradecer, chorar, felicitar-se..., permitir-se, errar, amar... Viver em paz consigo mesmo são características de uma educação de qualidade e para tanto não se necessita deixar de estudar álgebra ou regras de português, história, filosofia e tantas outras ciências, mas estudar com alegria do saber.

Quality education: an “asset” to be defined

Abstract

This article seeks to examine the Brazilian education regarding the concepts of quality. The outline of analysis starts from the year 1980, to contextualize the historical evolution and broadening the proposed debate. The focus is on conditions stipulated by Ministério de Educação e Cultura (MEC) for measuring education quality as well as the interpretation of “quality” as described in the Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96. The ideologies that pervade the various educational spaces were brought to the center of this reflection, as well as the political clashes economic, educational and social surrounding public education in the country. It was shown the logic of the third way in co-management education with public-private partnership, commercializing education as a solution to obtain quality education. The methodology was an exploratory analysis of document and literature pertaining to the subject. It was brought to review, the various concepts of quality used as a starting point when trying to define this word. A comparison between tangible and intangible asset is exposed to as it can be a category of concrete analysis and understanding of the polysemy of the quality concept when applied to education.

Keywords: Quality education. Quality teaching. Teaching excellence. Public education.

Nota explicativa

¹ Capital cultural: definido por Pierre Bourdieu (1998 p. 28), a segunda mais importante expressão do capital, que é precedida apenas pelo capital econômico. Engloba prioritariamente a variável educacional, embora não se limite só a ela.

REFERÊNCIAS

- ANDRETTA, C. da S. **A Qualidade na Prestação de Serviços**. 2009. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/a-qualidade-na-prestacao-de-rvicos-5980/artigo/>>. Acesso em: 2 maio 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: [s.n.], 2009.
- _____. **Indicadores da qualidade na educação**. Ministério da Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- _____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. 2007.
- _____. **Lei Federal 9.394/96**. Lei das diretrizes e bases da Educação. Brasília, DF, 1996.
- BROH, Robert A. **Managing quality for higher profits: a guide for business executives and quality managers**. New York: McGraw-Hill, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CROSBY, Philip. **Quality is Free**. McGraw-Hill, 1979.
- DAVOK, Delsi Fries. **Qualidade em Educação. Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007.
- DEMING, William Edwards. **Japanese Methods for Productivity and Quality**. Washington: George Washington University, 1981.
- FEIGENBAUM, Armand V. **Total quality control**. Singapura: McGraw-Hill, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. FÓRUM ESTADUAL EXTRAORDINÁRIO DA UNDIME, 1., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GLASSER, Willian. **The QualitySchool: Managing Students Without Coercion**. Harper Perennial, 1998.

ISHIKAWA, Kaoru. **What is Total Quality Control?** Prentice Hal, 1985.

JURAN, Joseph M. **Planejando para a qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1990.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização**. 8. ed. São paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação).

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **Autopoiesi e cognizione: la realizzazione del vivente**. 3. ed. Venezia: Marsilio Editori, 1992.

OLIVEIRA, Mariah de. **Educação e consciência**. (Parte II). Disponível em: <http://www.vaniadiniz.pro.br/espaco_ecos/filosofia_virginia/mariah_de_oliveira_educacao_e_consciencia_%28parte%20II%29.htm>. Acesso em: 2 maio 2011.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

PIRSIG, Robert M. Ben. **Zen and the art of Motorcycle Maintenance**. New York: Bantam Books, 1984.

SILVEIRA, Hely Nazirê da. **Gazeta Mercantil**, 18 out. 2011.

TAGUCHI, Genichi. **Introduction to Quality Engineering: Designing Quality into Products and Processes**. Tokyo: Asian Productivity Organization, 1986.

TUCHMAN, B. W. The decline of quality. **New York Times Magazine**, p. 38-41, nov. 1980.

Recebido em 21 de julho de 2011
Aceito em 14 de outubro de 2011

